



# Após tumulto, Senado aprova isenção de IR para quem ganha até dois salários-mínimos



**Em 12 meses, desmatamento cai 20% no Cerrado e sobe 4% na Amazônia**



**Lábrea-AM e Humaitá-AM recebem projeto-piloto do Programa Dignidade Menstrual**

## Deputada cobra instalação de delegacias da mulher 24 horas na capital e no interior do AM

Em sessão plenária ontem (7), a deputada estadual Mayra Dias (Avante) usou a tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam) para destacar os 19 anos da Lei Maria da Penha e cobrar a imediata aplicação da Lei Federal nº 14.541/2023, que garante o funcionamento 24 horas das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

A parlamentar denunciou a precariedade da estrutura de proteção às mulheres no estado e reforçou a urgência de medidas concretas.

O Amazonas enfrenta índices crescentes de feminicídio, estupro e violência doméstica, enquanto a estrutura de atendimento permanece insuficiente. Atualmente, apenas uma Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher funciona 24 horas por dia em Manaus.

As outras duas unidades da capital operam apenas em horário comercial, das 8h às 18h, e atendem parte da cidade. No interior, o cenário é ainda mais crítico: apenas 11 dos 62 municípios possuem delegacias especializadas, muitas vezes anexas a outras delegacias e sem logística adequada.

Mayra apresentou o Requerimento nº 1551/2025, cobrando a aplicação integral da Lei 14.541/2023. Também protocolou o Requerimento nº 2719/2025, que propõe a construção, ampliação e adequação das unidades especializadas no atendimento à mulher.

# Governo do AM e Incra fazem acordo de cooperação para ampliar regularização fundiária no estado



O Governo do Amazonas e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) deram início, nesta semana, à construção de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com foco na regularização fundiária no estado. A iniciativa foi debatida durante reunião com diversos órgãos, na sede da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), em Manaus.

A ação atende a um compromisso assumido pelo Incra em reunião com o gover-

nador Wilson Lima, realizada no mês passado, em Brasília. O objetivo é promover segurança jurídica ao produtor rural e estimular o avanço da produção sustentável, com destaque para áreas prioritárias, como o município de Apuí, no sul do Amazonas.

Durante a reunião, foram definidos os próximos passos para avançar na elaboração do Acordo de Cooperação Técnica.

A primeira etapa será a realização de um diagnóstico de-

talhado da situação fundiária e ambiental no estado, com o objetivo de identificar os territórios passíveis de regularização e definir prioridades de atuação.

Entre as medidas previstas estão o levantamento das áreas públicas estaduais passíveis de regularização pela Secretaria de Estado das Cidades e Territórios (Sect) e pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), com prazo até o fim de agosto.

## Prefeitura de Manaus anuncia reforma completa em campo histórico no bairro Colônia Antônio Aleixo

O prefeito de Manaus, David Almeida, assinou, ontem (7), a ordem de serviço para a reforma completa do campo 11 de Maio, um dos espaços mais simbólicos do bairro Colônia Antônio Aleixo, na zona Leste da capital. Acompanhado do vice-prefeito e titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminf), Renato Junior, o chefe do Executivo municipal reforçou a importância de investir em lazer, esporte e inclusão social nos bairros mais populares da ci-

dade.

O projeto contempla a revitalização geral do campo, com substituição do alambrado, reforma e cobertura das arquibancadas, além da instalação de vestiários. O espaço também será ampliado com uma nova praça de alimentação, academia ao ar livre, playground para crianças, palco coberto para atividades como zumba, banheiros e estacionamento, com intuito de proporcionar convivência comunitária com estrutura e dignidade.

O prefeito também enfatizou o carinho e a confiança que o Colônia Antônio Aleixo sempre demonstrou. “Este bairro me deu o maior percentual de votos em Manaus. Fico honrado com esse reconhecimento e, mais do que palavras, estou desenvolvendo com trabalho. Estamos aqui realizando, entregando e mudando a realidade desse povo”, afirmou.

O vice-prefeito Renato Junior elogiou a escuta ativa da gestão municipal.



# Após tumulto, Senado aprova isenção de IR para quem ganha até dois salários-mínimos

Após cerca de 48 horas de obstrução do funcionamento dos plenários pela oposição, o Senado aprovou, ontem (7), o projeto de lei (PL) que isenta do pagamento do Imposto de Renda (IR) os trabalhadores que ganham até dois salários-mínimos, o que equivale a R\$ 3.036. O texto agora segue para sanção presidencial. A isenção vai valer a partir de maio do mês-calendário 2025.

O PL 2.692/2025 foi apresentado pelo deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara, e substituiu a medida provisória 1.294/2025, editada pelo governo federal, e cuja validade venceria na próxima segunda-feira (11).

O relator da matéria no Senado, o líder do governo



Jacques Wagner (PT-BA), comemorou o resultado da votação, que foi aprovada em votação simbólica sem manifestações contrárias.

A proposta de isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil reais está em tramitação na Câmara, aguardando votação no plenário. Já aprovada em Comissão Especial, o texto prevê ainda uma redução do IR para

quem recebe entre R\$ 5 mil e R\$ 7.350.

A medida é uma das promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A votação da matéria foi atrasada pelo motim da oposição, que ocupou as mesas diretoras dos plenários da Câmara e Senado após decretada a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro.

## Governo Federal lança política inédita para levar internet às rodovias do país

O Governo Federal lançou mais uma iniciativa para transformar as rodovias brasileiras em rotas conectadas e seguras. Foi publicada no Diário Oficial da União a consulta pública que trata da instituição da Política Nacional de Conectividade em Rodovias, proposta do Ministério das Comunicações (MCom) voltada à ampliação e melhoria da cobertura de internet móvel (4G ou superior) em rodovias de todo o país. O processo participativo já está aberto, por meio da plataforma Participa +Brasil.

A política visa atender dois grandes desafios: levar conectividade móvel às rodovias ainda não cobertas e garantir que os usuários em trânsito tenham acesso contínuo ao serviço, mesmo fora da área de cobertura da sua operadora contratada. A medida se aplica aos trechos rodoviários situados fora das sedes municipais e representa um avanço significativo para a inclusão digital, a segurança viária e a eficiência logística nacional.

“Levar internet para as estradas permitirá a otimização de serviços de alertas aos próprios motoristas sobre condições da pista, eventuais informações de acidente, acionar um serviço emergencial e até mesmo se comunicar com a família. Os caminhoneiros terão otimização durante seus trajetos com a carga. São muitas melhorias para quem trafega pelas rodovias do país”, afirmou o ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira.

## Governo Federal cria programa de acolhimento a repatriados e deportados

O governo federal lançou nesta semana, o programa Aqui é Brasil em resposta à deportação e repatriação forçada de brasileiros no exterior, incluindo os recentes casos registrados nos Estados Unidos pelo governo de Donald Trump. As operações de acolhimento humanitário, segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), visam oferecer uma resolução coordenada às necessidades imediatas e de médio prazo de brasileiros repatriados.

A ação oferece atendimento psicossocial, assis-

tência em saúde, abrigo, alimentação, transporte e regularização documental, desde o desembarque até a reintegração”, destacou o ministério em nota. O programa é coordenado pela pasta em articulação com os ministérios das Relações Exteriores, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, da Saúde e da Justiça e Segurança Pública.

De acordo com o MDHC, o programa Aqui é Brasil atua por meio de ações estruturadas em quatro eixos estratégicos:

- acolhimento huma-

nizado, proteção e resposta emergencial em aeroportos, com foco em apoio imediato, triagem e identificação de necessidades específicas;

- apoio à reintegração social e econômica, incluindo regularização documental, inserção no mercado de trabalho e suporte para reunificação familiar;

Com duração prevista de 12 meses, a iniciativa envolve ainda a assinatura de um termo de execução descentralizada entre a pasta e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) no valor de R\$ 15 milhões.

## Governo italiano aprova construção da maior ponte suspensa do mundo

O governo italiano deu aprovação final nesta quarta-feira (6) à construção do que será a maior ponte sem pilares no meio da estrutura do mundo, ligando a Sicília ao continente, apesar de preocupações ambientais, financeiras e de outra natureza que a adiaram por décadas. A estrutura de 3,7 km vem sendo discutida desde pelo menos o final da década de 1960 como uma ferramenta para desenvolver o sul empobrecido da Itália.

O governo da primeira-ministra Giorgia Meloni a priorizou e reservou 13,5 bilhões de euros nos próximos 10 anos para a construção da ponte e das instalações adjacentes. O CIPESS (Comitê Interministerial de Planejamento Econômico e Desenvolvimento Sustentável) deu a aprovação final ao projeto em uma reunião em Roma, informou o partido da Liga, do vice-primeiro-ministro e ministro dos Transportes, Matteo Salvini. Segundo a Companhia do Estreito de Messina, a ponte será concluída em 2032. O projeto tem enfrentado forte oposição daqueles que questionam a sensatez de construir uma ponte desse tipo em uma zona de terremoto. Muitos também temem estouros de orçamento, possíveis danos ambientais e infiltração da máfia nos contratos de construção. Alguns grupos de cidadãos que se opõem à estrutura dizem que é desnecessária, e associações ambientais apresentaram uma queixa à União Europeia esta semana, sinalizando sérios riscos para o meio ambiente da região.

# Presidente da Áustria desiste de participar da COP30 por custos elevados em Belém

O chefe de Estado da Áustria, Alexander Van der Bellen, informou nessa quinta-feira (7) que não participará na COP30 no Brasil em novembro. Ele explica que tomou a decisão em razão aos “custos excepcionalmente elevados este ano” para hospedagem em Belém, no Pará.

“Os gastos logísticos não podem ser cobertos dentro do orçamento estrito da presidência”, afirmou em um comunicado, em referência à inflação dos custos na capital do Pará. A Áustria aplica atualmente uma política de austeridade que afeta todas as suas instituições devido a um déficit público considerado excessivo pela União Euro-



peia. Van der Bellen explica a necessidade de manter a disciplina financeira no momento.

No início de julho, Van der Bellen afirmou que “duvidava” da possibilidade de viajar a Belém, ironizando o fato de que poderiam criticá-lo por “ter que

dormir fora, se as infraestruturas fossem insuficientes”. Na semana passada, o Brasil descartou a possibilidade de mudar a sede da COP30, em resposta ao pedido de vários países descontentes com o preço das hospedagens na cidade de Belém, que receberá a mais importante reunião de cúpula climática da Organização das Nações Unidas (ONU) entre os dias 10 e 21 de novembro. Belém tem 1,3 milhão de habitantes e as diárias dos hotéis podem superar US\$ 1 mil (mais de R\$ 5 mil), o que a COP30 denunciou como “abusos” do setor. Mas o presidente da conferência, André Correa do Lago, afirmou:

## Rússia e Índia falam em “parceria estratégica” após Trump aumentar tarifas

Rússia e Índia enfatizaram seu compromisso com uma “parceria estratégica” em conversas bilaterais de segurança em Moscou nessa quinta-feira (7), um dia depois que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou tarifas mais altas sobre as importações da Índia devido a suas compras de petróleo russo. Segundo a agência de notícias Interfax, o assessor de segurança nacional da Índia, Ajit Doval, disse que Nova Déli espera por uma visita do presidente Vladimir Putin até o final do ano. Na reunião de Doval com Sergei Shoigu, secretário do Conselho de Segurança da Rússia, ambos os lados enfatizaram a importância das relações entre os países. A imposição de Trump de uma tarifa adicional de 25%



sobre os produtos da Índia, que entrará em vigor em 28 de agosto, sinaliza a mais séria queda nas relações EUA-Índia desde o retorno dele ao cargo em janeiro, ameaçando interromper o acesso da Índia ao seu maior mercado de exportação.

“Estamos comprometidos com uma cooperação ainda mais ativa para formar uma nova, mais justa e sustentá-

vel ordem mundial, garantir a supremacia do direito internacional e combater conjuntamente os desafios e ameaças modernos”, afirmou Shoigu a Doval em comentários televisionados. Segundo a Interfax, Doval afirmou: “Estabelecemos agora relações muito boas, que valorizamos muito, uma parceria estratégica entre nossos países”.



# Secom anuncia André Basbaum como novo presidente da EBC



A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) anunciou o nome do jornalista André Basbaum como o novo presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Ele assumirá o cargo anteriormente ocupado por Jean Lima, que deixou o cargo esta semana.

Segundo a Secom, Basbaum tem 25 anos de carreira e ampla ex-

periência em cargos de liderança em grandes emissoras de televisão do Brasil. O jornalista já ocupou os cargos de editor de economia do Jornal Nacional, na Rede Globo; editor de especial do Jornal da Record; editor-chefe do SBT Brasil e diretor de jornalismo na Band. Antes de ser indicado para a presidência da EBC, ocupava o cargo de diretor de integração

de jornalismo da TV Record.

Na nota, a Secom destacou ações da gestão de Jean Lima, como a consolidação da TV Brasil como a quinta emissora em audiência no país.

Também houve a expansão da Rede Nacional de Comunicação Pública, alcançando todas as capitais e estados, além da retomada da TV Brasil Internacional.

## Homens desaparecem após saírem de Rio Preto para cobrar dívida no Paraná

Quatro homens desapareceram após saírem de São José do Rio Preto (SP) em direção a Icaraíma (PR), onde iriam cobrar uma dívida supostamente no valor de R\$ 1 milhão. Robishley Hirnani De Oliveira, Rafael Juliano Marascalchi, Diego Henrique Afonso e Alencar Gonçalves de Souza estão incomunicáveis.

Segundo o boletim de ocorrência, a esposa de Robishley Hirnani procurou a polícia na quarta-feira (6) para denunciar o desaparecimento, uma vez que ele, Rafael Juliano e Diego Henrique não respondem às mensagens e não atendem às ligações. Os três saíram de São José do Rio Preto com destino ao Paraná.

A mulher relatou que a dívida é referente a um negócio jurídico envolvendo o não pagamento integral de uma propriedade rural naquele estado. O comprador não teve a identidade informada até o momento.

## Tecnologia: Com sistema da Prodam, CNH Social convoca 10 mil selecionados

Já está disponível a lista com os nomes dos 10 mil candidatos selecionados na nova etapa do projeto CNH Social, iniciativa do Governo do Amazonas que oferece a primeira habilitação gratuita para pessoas de baixa renda. O projeto é executado pelo Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas (Detran-AM), com suporte tecnológico da Prodam. A empresa pública de tecnologia é responsável por toda a estrutura digital que sustenta o programa, desde o cadastro dos interessados até organização dos agendamentos tanto na capital quanto no interior



do Estado.

Do total de contemplados, 3 mil são da capital e 7 mil de municípios do interior. Os nomes podem ser consultados no site [www.detrancidadao.am.gov.br](http://www.detrancidadao.am.gov.br). Os

selecionados têm até o dia 29 de setembro para realizar o agendamento e apresentar a documentação exigida nos postos de atendimento do Detran-AM, da capital e do interior. O projeto CNH So-

cial integra o programa Detran Cidadão, lançado pelo governador Wilson Lima, em 2021. No primeiro ciclo, 40 mil pessoas foram beneficiadas. A meta do segundo ciclo é alcançar 80 mil cidadãos em todo o estado.

O sistema desenvolvido pela Prodam recebe os cadastros, cruza os dados dos inscritos com o Cadastro Único (CadÚnico) e aplica os critérios técnicos definidos pelo Governo do Estado. O sistema gera uma base com os nomes aptos ao benefício, que pode ser consultada a cada novo chamamento realizado pelo Detran-AM.

## Em 12 meses, desmatamento cai 20% no Cerrado e sobe 4% na Amazônia

O bioma Amazônia registrou, ao longo dos últimos 12 meses, aumento de 4% nos alertas de desmatamento, emitidos em um total de 4.495 quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>), contra 4.321 km<sup>2</sup> no período anterior. Apesar do crescimento, o resultado é o segundo menor da série histórica. A medição para o bioma Cerrado registrou queda de 20,8%, com alertas em um total de 5.555 km<sup>2</sup> contra 7.014 km<sup>2</sup> no período anterior.

No Pantanal, a redução no desmatamento foi de 72%, com 319 km<sup>2</sup> contra 1.148 km<sup>2</sup> no período anterior. O bioma também registrou queda de 9% nos focos de incêndios, com 16.125 km<sup>2</sup> contra 17.646 km<sup>2</sup> no período anterior. Os dados da temporada 2024/2025, coletados de agosto de 2024 a julho de 2025, foram apresentados nesta quinta-feira (7) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, estava presente na divulgação.

Os números são do Deter, sistema de alertas rápidos diários para apoio à fiscalização. O sistema emite alertas de corte raso, quando há a completa retirada de vegetação de forma rápida, e também alertas de degradação progressiva, causados sobretudo por incêndios recorrentes. De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ao longo do mesmo período, de agosto de 2024 a julho de 2025, foram emitidos, 3.976 autos de infração e aplicadas multas que somaram R\$ 2,4 bilhões. A área embargada superou 5 mil km<sup>2</sup>.

## Exportação de peixes ornamentais depende de licenciamento ambiental, alerta Ipaam

O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) reforça que a exportação de peixes ornamentais, espécies de água doce criadas e comercializadas para fins decorativos, como o acará-disco (*Symphysodon aequifasciatus*) e o cardinal (*Paracheirodon axelrodi*), depende de licenciamento ambiental obrigatório. A atividade possui relevância econômica, ambiental e cultural para o Amazonas.

Animais ornamentais são aqueles criados, comercializados ou exportados com fins decorativos, geralmente destinados a aquários, como peixes coloridos de água doce. Para atuar nesse segmento, empresas e profissionais devem solicitar licenciamento junto ao Ipaam, responsável estadual pelo controle e fiscalização ambiental. Segundo o diretor-presidente do Instituto, Gustavo Picanço, o processo



envolve a apresentação de documentação técnica e a comprovação da origem legal dos animais. Ele explica que os exemplares podem ser oriundos de criadouros autorizados ou da coleta sustentável, conforme critérios definidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Além da licença estadual, é obrigatória a inscrição no Cadastro Técnico Federal (CTF) do Ibama. Também

deve ser utilizado o Sistema de Controle e Monitoramento da Atividade de Pesca (Siscom), ferramenta do Governo Federal para emissão das autorizações de exportação. Esses registros são exigidos para assegurar a rastreabilidade e a legalidade da atividade. Para garantir a sustentabilidade do setor, o Ipaam avalia aspectos como plano de manejo, área de coleta, espécies envolvidas e a capacidade de suporte do ecossistema.

## Ministério do Meio Ambiente amplia salvaguardas em projetos REDD+ para indígenas, quilombolas e agricultores

A Resolução nº 19 estabelece um marco normativo para a implementação de programas jurisdicionais REDD+, bem como para projetos públicos e privados de créditos de carbono florestal em terras públicas e territórios coletivos ocupados por povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares assentados da Reforma Agrária.

O Art. 2º, XXVI os programas jurisdicionais REDD+ como políticas públicas e incentivos voltados à redução de emissões por desmata-

mento e degradação florestal, bem como ao aumento de estoques de carbono por regeneração da vegetação nativa. Esses programas podem operar em escala nacional ou estadual, e podem receber pagamentos via mecanismos de mercado, inclusive o mercado voluntário. O SBCE garante que proprietários, usufrutuários legítimos e concessionários possam, a qualquer momento e sem condicionantes, solicitar a exclusão de suas áreas desses programas para evitar a dupla contagem na geração de créditos de carbono. Adicionalmente, também é

proibida qualquer venda antecipada de créditos a períodos futuros.

A Resolução nº 19 dispõe que as diretrizes estabelecidas devem ser interpretadas conforme o ordenamento jurídico brasileiro e a legislação internacional aplicável.

Nesse sentido, o anexo da norma apresenta lista exemplificativa de normas nacionais e internacionais relevantes para a interpretação das salvaguardas, sem prejuízo da consideração de outras normas não listadas, desde que sejam pertinentes ao contexto.



# Ato reúne profissionais da educação e cobra piso para técnicos e administrativos

Cerca de mil profissionais da educação de todo o país se reuniram em frente ao Ministério da Educação (MEC), em Brasília, em um ato nacional que marcou o Dia Nacional dos Profissionais da Educação com reivindicações contundentes. A principal demanda foi a aprovação do Projeto de Lei 2.531/2021, que estabelece o piso salarial nacional dos profissionais técnicos e administrativos da educação básica, além da valorização ampla da carreira desses trabalhadores.

Organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o ato destacou o papel fundamental dos profissionais não docentes como auxiliares de secretaria, merendeiras, inspetores e técnicos administrativos no funcionamento das escolas públicas, e cobrou políticas públicas que



reconheçam a centralidade desses trabalhadores para a qualidade da educação.

Durante a mobilização, a CNTE se reuniu com os Secretários Executivos do Ministério da Educação, Rodolfo Cabral e Gregório Durlo Grisa, e entregou aos representantes do MEC um ofício com as principais pautas da categoria. O documento destaca, entre outros pontos, a necessidade de ampliação do programa Profucionário, lançado

recentemente pelo MEC com oferta de 3.500 vagas para formação técnica de funcionários escolares. A Confederação também sugeriu que o Executivo envie ao Congresso um projeto de lei complementar ao PL 2.531/2021, garantindo a legalidade da proposta e prevendo mecanismos de apoio financeiro da União aos entes federativos que comprovarem dificuldades para arcar com o pagamento do piso.

## Amazonas se destaca no Prêmio Nacional de Educação Fiscal com 38 projetos inscritos

O Amazonas ficou entre os três estados com maior número de projetos inscritos na edição de 2025 do Prêmio Nacional de Educação Fiscal. Foram 38 projetos inscritos, sendo 34 na categoria escolas e 4 na categoria imprensa. No geral foram inscritos projetos de 25 estados e do Distrito Federal, sendo os destaques para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Amazonas, que foram as federações com o maior número de participantes. “A expressiva participação do Amazonas mostra que estamos no caminho certo ao fortalecer a educação fiscal

nas escolas e nos meios de comunicação. Ver esses projetos representando o nosso estado, nos enche de orgulho e reforça o compromisso da Sefaz em formar cidadãos mais conscientes do papel dos tributos na sociedade”, opinou o coordenador do Programa de Educação Fiscal no Amazonas, Augusto Bernardo.

No âmbito nacional, as inscrições para prêmio tiveram um crescimento de 70% no número de inscritos em relação à edição anterior, totalizando 485 projetos nas quatro categorias: Escolas (345), Instituições (62), Impren-

sa (54) e Tecnologia (24). A premiação é organizada pela Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (FEBRAFITE) e tem como objetivo reconhecer ações que promovam a função social dos tributos, a transparência nas contas públicas e o engajamento cidadão no controle e acompanhamento dos recursos públicos. A cerimônia de premiação nacional será realizada no dia 18 de novembro, no Brasília Palace Hotel, em Brasília. Nesta edição, serão distribuídos R\$ 100 mil em prêmios entre os projetos vencedores das quatro categorias.

## Escola em tempo integral deve ter jornada mínima de 35 horas semanais

Nova resolução do Conselho Nacional de Educação define que a jornada escolar mínima da educação integral deve ser 7 horas diárias ou 35 horas semanais, e deve ser implementada com base nos princípios de equidade, inclusão, diversidade, justiça curricular e gestão democrática. O documento orienta as secretarias de educação de estados e municípios e as escolas públicas e privadas na implantação, no acompanhamento e na avaliação da oferta de jornada escolar em tempo integral.

O Programa Escola em Tempo Integral (ETI) é uma estratégia elaborada para induzir a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e as modalidades da educação básica. A jornada em tempo integral deve priorizar territórios de maior vulnerabilidade socioeconômica e com histórico de exclusão escolar.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o texto aborda aspectos de acesso; permanência; participação e condições de aprendizagem; desenvolvimento integral; diversidade étnico-racial e sociocultural; gestão dos sistemas de ensino e das instituições de ensino. Trata, ainda, da organização curricular, de práticas pedagógicas, gestão democrática e formação de profissionais da educação na perspectiva da educação integral. Além da determinação do número de horas que o estudante vai estar no colégio, a resolução também estabelece que o tempo dedicado à alimentação, higiene e socialização integra o processo educativo e deve ser acompanhado por profissionais qualificados.

## Lábrea-AM e Humaitá-AM recebem projeto-piloto do Programa Dignidade Menstrual

Comunidades indígenas e ribeirinhas dos municípios de Lábrea e Humaitá (a 702 e 590 quilômetros de Manaus, respectivamente), no sul do Amazonas, vão receber o projeto-piloto do Programa Dignidade Menstrual, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). A iniciativa, tem como objetivo promover a saúde e a higiene menstrual, por meio da distribuição de kits básicos de uso pessoal.

Ação, que integra a agenda do Selo Unicef, edição 2025-2028, é coordenada e monitorada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedurb) e pela Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE). A expectativa é que o modelo possa ser replicado nos demais municípios do Amazonas, em áreas mais vulneráveis.

Os dois municípios foram selecionados de acordo com fatores geográficos, étnicos e sociais, priorizando áreas de difícil acesso e maior vulnerabilidade, conforme dados do diagnóstico participativo realizado entre abril e maio de 2025. Os dados foram apresentados em reunião técnica realizada na quarta-feira (06/08), na sede da Sedurb e UGPE, no Centro de Manaus.

Reny Moita, que representou o secretário da Sedurb e UGPE, Marcellus Campêlo, destacou que a iniciativa vai além de uma questão de saúde.

“Trata-se de cidadania”, reforçou. Ela ressaltou o compromisso do Governo do Amazonas em fortalecer políticas públicas que gerem impacto na vida de crianças, adolescentes e de toda a comunidade que vive no interior do estado.

# Acadêmicos de Parintins-AM fazem vaquinha para representar a região Norte na Intercom

O Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins (ICSEZ), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), representarão a região Norte na Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), que vai reunir projetos e trabalhos acadêmicos de todo o Brasil de 01 a 05 de setembro, em Vitória, no Espírito Santo (ES). Os trabalhos venceram a etapa regional e, agora, caminham para a nacional.

Os trabalhos fazem parte da Agência Experimental de Comunicação Amanayé, fruto do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) da Ufam, e são: “A criação da Agência Experimental de Comunicação do Curso de Jornalismo do ICSEZ/Parintins”, discente Nataly Jéssica de Oliveira, na categoria Agência/Escola;



**Ajude-nos a representar Parintins e a Amazônia no maior congresso de comunicação do Brasil !**

**Eldiney**      **Nataly**      **Renner**

“Pai D’égua Fotos”, do discente Renner Gomes Viana, na categoria Produção Transdisciplinar - Projeto de Comunicação Integrada; e “Assessoria de Imprensa para o grupo Águia Rural de Vila Amazônia”, da discente Eldiney Alcântara da Silva, na categoria Projeto de Assessoria de Imprensa Avulso.

A docente da Ufam, professora Soriany Simas

Neves, explicou que no Congresso haverá a premiação dos melhores trabalhos experimentais produzidos por estudantes de comunicação do país.

Para ajudar no custeio da viagem até Vitória-ES, a Agência Amanayé realiza uma vaquinha virtual voltada aos acadêmicos. Acompanhe o perfil no Instagram da Agência Amanayé.

## Em Apuí-AM, Governo assina decreto que amplia regularização ambiental de produtores rurais

O governador Wilson Lima assinou, na quarta-feira (06/08), em Apuí, decreto estadual que estabelece regras para a regularização ambiental de produtores rurais em municípios do sul do Amazonas. A medida cria as condições legais para que agricultores da região possam se adequar ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), promovendo o ordenamento ambiental das propriedades e fortalecendo práticas produtivas sustentáveis.

“Hoje temos um instrumento legal muito importante.

O decreto amplia a possibilidade de recomposição florestal em áreas com passivo ambiental; e dá condições reais de legalização para produtores que estavam embargados”, afirmou o governador Wilson Lima.

Com a assinatura do decreto, o governador cumpre o compromisso firmado em julho, durante reunião com representantes do setor produtivo,

realizada em Manaus. Na ocasião, produtores rurais de oito municípios apresentaram pessoalmente a demanda ao chefe do Executivo estadual, que determinou a construção conjunta do texto com apoio técnico e jurídico.

Produtora rural do município de Apuí, Rosa Valentim participou ativamente da mobilização que resultou na construção do decreto. Ela celebrou a conquista como um marco para os trabalhadores da terra no sul do estado.



# Chat-TCE ganha destaque nacional como exemplo de inovação no serviço público

O Chat-TCE, ferramenta de inteligência artificial criada pelo Tribunal de Contas do Amazonas (TCE-AM), foi apontado como referência em inovação digital durante a terceira edição do Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas (CNCTC), realizado nos dias 6 e 7 de agosto, no Rio de Janeiro. A menção ocorreu no painel “Redes Sociais, o futuro da comunicação pública e o impacto da transformação digital”, onde o chatbot foi citado por responder, em média, 5 mil perguntas mensais sobre licitações.

A ferramenta foi elogiada pelo presidente do Instituto Brasileiro para Regulação da Inteligência Artificial (IBRIA), Marcelo Senise, diante de um público formado por espe-



cialistas e representantes de diversos Tribunais de Contas do país. O reconhecimento reforça o momento de avanço tecnológico vivido pelo TCE-AM, que, sob a gestão da conselheira-presidente Yara Amazônia Lins, tem investido fortemente em soluções digitais, como a plataforma Amazon.IA, voltada ao uso interno da Corte.

Além do Chat-TCE, o evento também apresentou outras iniciativas ino-

vadoras no uso de IA, como o sistema do TCM-SP que transforma auditorias em mensagens de WhatsApp e o painel do TCU que aponta desvios em tempo real. Reunindo comunicadores e autoridades de todo o Brasil, o CNCTC 2025 tem como tema central “Estratégia, inovação e diálogo com a sociedade”, promovendo reflexões sobre o papel das tecnologias emergentes na modernização do setor público.

## Justiça condena União e Amazonas por atraso na Casa da Mulher Brasileira em Manaus

A Justiça Federal determinou que a União e o governo do Amazonas paguem R\$ 2 milhões por danos morais coletivos e concluam com urgência a construção da Casa da Mulher Brasileira (CMB) em Manaus. A sentença atende a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF), que apontou omissão prolongada e injustificada na execução do projeto, voltado à proteção de mulheres vítimas de violência na capital amazonense. A decisão reconhece que o atraso comprometeu o di-

reito à segurança de milhares de mulheres.

Segundo a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC/AM), o projeto deveria ter sido finalizado até março de 2023, mas enfrentou sucessivos adiamentos por falhas tanto na fiscalização da União quanto na execução contratual pelo estado do Amazonas. Embora as obras tenham começado apenas em março de 2024, a Justiça entendeu que a demora feriu gravemente a coletividade, especialmente diante do aumento de 93% nos casos de lesão

corporal doméstica no estado.

Além da indenização, os réus estão sujeitos a multa diária de R\$ 100 mil em caso de novos atrasos. O valor será revertido ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, com caráter compensatório e pedagógico, para evitar que omissões semelhantes se repitam. A Casa da Mulher Brasileira faz parte do programa federal “Mulher Segura e Protegida” e será um centro integrado de acolhimento e atendimento às mulheres em situação de violência.

## MP investiga ocupação irregular em área de preservação em Iranduba no Amazonas

A 1ª Promotoria de Justiça de Iranduba, representando o Ministério Público do Amazonas (MPAM), realizou uma inspeção na Comunidade do Barreiro, no distrito de Cacau Pirêra, para apurar possíveis irregularidades em uma ocupação com cerca de 29 casas. A visita ocorreu na última terça-feira (5) e foi coordenada pelo promotor de Justiça Gérson de Castro Coelho, com o objetivo de verificar se as construções estão situadas em Área de Preservação Permanente (APP), o que pode configurar crime ambiental.

Durante a ação, representantes das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Infraestrutura acompanharam a promotoria, realizando registros fotográficos, entrevistas com os moradores e análise preliminar dos impactos ambientais no local. A investigação também visa apurar denúncias de invasão de terras e construções sem autorização. As informações coletadas subsidiarão um inquérito civil em andamento.

O promotor ressaltou que ainda será avaliada a titularidade da área se pertence à União, por se tratar de possível terreno da Marinha e quais providências caberão ao município de Iranduba. “É preciso entender os limites legais e sociais dessa situação, especialmente quanto ao destino das cerca de 100 pessoas que hoje vivem na área”, afirmou. Segundo a legislação ambiental brasileira, APPs são protegidas e não podem ser alvo de desmatamento ou urbanização.

## Polícia Federal desarticula quadrilha que fraudava empréstimos na Caixa desde 2016

A Polícia Federal deflagrou nessa quinta-feira (7) a Operação Expurgatio, com o objetivo de desmantelar uma organização criminosa especializada em fraudes contra a Caixa Econômica Federal. O grupo atuava com empréstimos fraudulentos, utilizando dados e documentos falsificados de clientes muitos deles servidores públicos. Foram cumpridos 14 mandados de busca e apreensão, além de um de prisão preventiva e quatro medidas cautelares, nos municípios de Manaus (AM) e João Pessoa (PB).

As investigações apontaram que os criminosos operavam dentro de agências da CEF, abrindo contas em nome de terceiros para obter empréstimos ilegais, cujos valores eram transferidos para beneficiários ocultos. A quadrilha contava com dois núcleos: um que coordenava ações no Amazonas, organizando deslocamentos a agências distantes e cuidando da seleção de vítimas; e outro, que remetia os recursos para um comparsa na Paraíba, o que indica ramificações interestaduais da fraude.

Segundo a PF, os investigados já haviam sido presos anteriormente, mas voltaram a cometer os mesmos crimes. As fraudes acumuladas somam mais de R\$ 941 mil, provocando prejuízos expressivos à instituição financeira.

A investigação prossegue para identificar todos os envolvidos e possíveis conexões com outros crimes financeiros semelhantes.

# PF cumpre mandado após interceptar drogas enviadas pelos Correios em Maceió - AL

A Polícia Federal cumpriu, ontem (7), mandado de busca e apreensão em Maceió (AL), no âmbito de uma investigação por tráfico de drogas. A ação teve início após a interceptação de uma encomenda suspeita nos Correios, contendo 534g de maconha. O pacote estava destinado a um morador da capital alagoana e foi identificado graças ao trabalho da Gerência de Segurança dos Correios, que acionou a PF ao notar indícios de conteúdo ilícito.

A perícia confirmou que o material vegetal era Cannabis sativa, e, durante as investigações, os agentes ainda encontraram ligação com uma segunda remes-



sa, dessa vez com 100g de haxixe, registrada para outro endereço, mas que possivelmente teria o mesmo destinatário. A conexão entre os dois pacotes fortaleceu as suspeitas de atuação no tráfico por meio de encomendas postais.

O mandado foi expedido pela 15ª Vara Criminal

da Capital e cumprido na residência do suspeito. Se confirmadas as suspeitas e ele for condenado, poderá enfrentar pena de até 15 anos de prisão. A Polícia Federal segue apurando o caso para identificar possíveis conexões com outras remessas ou envolvidos na prática criminosa.

## Quadrilha que roubou 9 kg de ouro e matou empresário é presa em Humaitá-AM

Sete pessoas foram presas na cidade de Humaitá (AM) durante a Operação Smooth Operator, que apura o roubo de uma carga de nove quilos de ouro, avaliada em R\$ 6 milhões. O crime aconteceu em novembro de 2024, em Porto Velho (RO), e teve participação direta de um dos sócios da empresa proprietária do ouro. Após descobrir a traição, o outro sócio foi assassinado pelo grupo criminoso.

Entre os presos estão André Santos Prado Filho, 37; Emanuel de Jesus Relva Gomes, 25; Genis Augusto Antunes Ferreira, 23; João Paulo Santiago Neto, 23; Raimundo José Cruz Santiago Neto,



32; Samara Queiroz dos Santos, 41; e Vanderlei Alves da Silva. As detenções ocorreram entre segunda (4) e quarta-feira (6), após a emissão de mandados judiciais de busca e apreensão em Rondônia e no

Amazonas.

A investigação revelou um esquema articulado de roubo seguido de homicídio, que agora começa a ser desvendado pelas autoridades com a prisão dos principais envolvidos.



# Bola de Ouro 2025: Botafogo é indicado a clube do ano



O Botafogo está entre os indicados a melhor clube do mundo na Bola de Ouro 2025. Campeão da Libertadores e do Brasileirão em 2024, o time carioca disputa a honraria com gigantes europeus.=

Além do Botafogo, a lista divulgada pela Bola de Ouro conta com Chelsea, campeão da Copa do Mundo de Clubes, Paris Saint-Germain, vencedor da Champions League e mais dois.

O Botafogo conquistou a

Libertadores pela primeira vez em 2024. A conquista chegou em Buenos Aires, quando o clube carioca derrotou o Atlético-MG por 3 a 1. O carioca também venceu o Brasileirão no ano passado.

## Goleiro amazonense Audo, do Palmeiras, é convocado para a Seleção Brasileira Sub-15



O Amazonas volta a ser representado na Seleção Brasileira de base. O jovem Audo Ventilari Albuquerque da Costa, de apenas 15 anos, foi convocado para integrar a Seleção Brasileira Masculina Sub-15, que realizará um período de preparação na Granja Comary, em Teresópolis (RJ), de 10 a 20 de agosto.

Conhecido como Audiinho, o goleiro defende o Palmeiras, onde coleciona títulos nas categorias de base. Natural de Manaus, o atleta iniciou sua trajetória no futebol aos 8 anos no Guerreirinhos, franquia do Fluminense no estado, e posteriormente integrou a base do Grêmio, até chegar ao clube paulista em janeiro de 2021. Com 1,88m de altura, Audo é considerado uma das grandes promessas da posição no país.

A convocação faz parte da preparação da Seleção para a CONMEBOL Liga Evolução, competição recentemente anunciada e que funcionará como um Sul-Americano da categoria Sub-15, com realização prevista para setembro.

A equipe brasileira chega embalada pelo título da Copa 2 de Julho 2025, conquistado em julho, e terá dez dias de treinamentos intensivos na região serrana do Rio de Janeiro.

## 3B perde para o Internacional por 3 a 1, fora de casa, e dá adeus à Copa do Brasil feminina

Nesta quarta-feira à noite, o Instituto 3B entrou em campo pela terceira fase da Copa do Brasil feminina. Encarou o Internacional, no estádio Francisco Novelletto Neto, em Porto Alegre. No fim, acabou saindo de campo derrotado por 3 a 1.

O time amazonense se despede da competição na terceira fase. Bianca Martins, Katrine e Mayara marcaram os gols das coloradas. Gabi descontou para as Feras. Com o resultado, o 3B está eliminado da competição nacional e agora foca no Campeonato Amazonense feminino. Atuais campeãs, as Feras vão entrar em campo somente nos playoffs.



Quem saiu na frente foi o Inter, aos 28 minutos do primeiro tempo. Katrine cobrou escanteio e Bianca Martins subiu mais alto que a zaga para abrir o placar de cabeça. Ainda na primeira etapa, Katri-

ne fez um golaço de fora da área: 2 a 0. No segundo tempo, Mayara, que já jogou no 3B, fez de fora da área: 3 a 0. A equipe amazonense conseguiu diminuir aos 26 minutos em chute de Gabi.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**Prefeitura Municipal de Jutai**  
**Central de Compras**

**AVISO DE LICITAÇÃO DO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2025 – SRP-CCSC/PMJ**

A CENTRAL DE COMPRAS, SERVIÇOS E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE JUTAÍ-AM torna público que realizará pregão eletrônico – Objeto: Formação de registro de preços que tem por objeto a prestação de serviços de consultoria e elaboração/desenvolvimento de projetos técnicos em engenharia e arquitetura em esfera federal para o Município de Jutai/AM, de acordo com as condições constantes no edital e seus anexos, por meio do Portal Licitanet – <https://www.licitanet.com.br/>. DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS: 08/08/2025 ÀS 08:00h. DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO: 18/08/2025 até as 00:00h. DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS: 21/08/2025 ÀS 08:00h. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA: 21/08/2025 ÀS 09:00h – Horário de Brasília/DF. Regência legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 013/2024-GP. O edital e seus anexos estão disponíveis gratuitamente pelo portal Licitanet no endereço eletrônico já citado ou solicitado pelo e-mail: [ccsc.jutai2025@gmail.com](mailto:ccsc.jutai2025@gmail.com).

Jutai (AM), 06 de agosto de 2025

Messias Castro  
Pregoeiro



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**Prefeitura Municipal de Coari**  
**Comissão Municipal de Contratação - CMC**

**AVISO – TORNAR SEM EFEITO PUBLICAÇÃO DE**  
**ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO E RETOMADA DO PROCESSO**

A Prefeitura Municipal de Coari/AM, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, torna sem efeito o aviso de anulação de licitação referente ao Pregão Presencial nº 047/2025, Processo Administrativo nº 37/2025 – SMCC, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas Ano XVI / Nº 3914 no dia 07 de agosto de 2025, cujo objeto é a contratação de serviço de controle e combate a vetores e pragas urbanas, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Defesa Social.

A presente decisão se fundamenta na revisão minuciosa e detida do Edital de Licitação e de seus anexos, que demonstrou a existência de exigência clara e inequívoca referente à documentação de qualificação econômico-financeira. A anulação anterior foi baseada em um equívoco de interpretação, constituindo um vício que maculou o procedimento e contrariou o interesse público.

Em aplicação do Princípio da Autotutela Administrativa, do artigo 71, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e das Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, a Administração corrige seu próprio erro e determina a retomada do certame, com o aproveitamento dos atos já praticados, para garantir a legalidade e a eficiência do processo.

Coari/Am, 07 de julho de 2025.

JOSÉ IVAN MARINHO DA SILVA  
Presidente da Comissão de Contratação de Coari



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**Prefeitura Municipal de Coari**  
**Comissão Municipal de Contratação - CMC**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura do Município de Coari, através da Comissão de Contratação, torna público para conhecimentos dos interessados que realizará a dispensa de licitação, por meio da chamada pública:

CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2025 – CCC (DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº006/2025 – CCC)  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 344/2025 – SEMED

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para atender os cardápios destinados aos alunos matriculados na zona urbana do município de Coari-AM, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, no calendário escolar de 2025, por meio de Chamada Pública, conforme Lei Federal nº 11.947/2009 e suas alterações e Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 e Resolução/CD/FNDE nº 03, de fevereiro de 2025.

Os interessados devem apresentar a documentação para habilitação e projeto de venda, no período de 08/08/2025 até 08/09/2025 às 09h:00min, no setor da Comissão de Contratação de Coari.

A abertura dos envelopes ocorrerá dia 08/09/2025 às 14h:30min  
Local: Sala da Comissão de Contratação de Coari, situado a Rua Cinco de Setembro, Térreo Nº. 461 - Bairro: Centro, Coari/AM.

O Edital completo pode ser consultado no endereço eletrônico <https://www.licitacoari.com.br> e disponível no Portal da Transparência do município de Coari-AM (<http://www.transparencia.coari.am.gov.br>).

Coari/Am, 07 de agosto de 2025.

JOSÉ IVAN MARINHO DA SILVA  
Presidente da Comissão de Contratação de Coari



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**Prefeitura Municipal de Coari**  
**Comissão Municipal de Contratação - CMC**

**AVISO – TORNAR SEM EFEITO PUBLICAÇÃO**  
**DE ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA**

A Prefeitura Municipal de Coari, por meio de sua Comissão Permanente de Contratação, torna sem efeito o aviso de abertura da sessão pública referente à CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2025 – CCC, PROCESSO ADMINISTRATIVO: 344/2025 – SEMED, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas Ano XVI / Nº 3892, do dia 08 de julho de 2025, cujo objeto é Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para atender os cardápios destinados aos alunos matriculados na zona urbana do município de Coari-AM, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, no calendário escolar de 2025, por meio de Chamada Pública, conforme Lei Federal nº 11.947/2009 e suas alterações e Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 e Resolução/CD/FNDE nº 03, de fevereiro de 2025.

Tendo em vista a que a publicação do aviso não cumpriu os prazos legais de divulgação, seguindo os criterios estabelecidos pela resolução nº06, de 08 de maio de 2020, uma vez que a licitação não se encontrava devidamente disponibilizada nos diários eletrônicos oficiais, o que compromete a continuidade e a regularidade do processo.

Considerando tratar-se de fato superveniente que impede a realização da sessão pública conforme previsto, torna-se necessário revogar a publicação anterior para garantir a legalidade e a isonomia entre os licitantes.

A nova data de abertura da sessão será oportunamente publicada, após regularização da situação no sistema eletrônico.

Coari/Am, 07 de agosto de 2025.

JOSÉ IVAN MARINHO DA SILVA  
Presidente da Comissão de Contratação de Coari